

	<p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p>	
<p>Despacho</p>		
<p>Autor: Poder Executivo</p>		

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado pelo Poder Executivo do Estado de Mato Grosso para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e do inciso VI do art. 129 da Constituição Estadual, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 45 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da administração direta, as autarquias e as fundações públicas do Poder Executivo poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei Complementar:

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I – assistência a emergências em saúde pública, inclusive surtos epidemiológicos;

II – realização de recenseamentos;

III – assistência a situações de calamidade pública;

IV – admissão de professores substitutos ou professores visitantes, inclusive estrangeiros, pela:

a) Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT;

b) Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer - SEDUC;

V – admissão de professores auxiliares pela Secretaria de Estado Ciência, Tecnologia e Inovação – SECITEC;

VI – atendimento de situações motivadamente urgentes decorrentes de decisão judicial;

VII – atividades técnicas não permanentes do órgão ou entidade pública contratante que resultem na expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, para atuar exclusivamente no âmbito de projetos com prazo de duração determinado, inclusive aqueles resultantes de acordo, convênio ou contrato celebrado com organismos internacionais ou com órgãos do governo federal, estaduais ou municipais, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública;

VIII – contratação para substituir servidor efetivo que esteja afastado de seu cargo por prazo igual ou superior a 3 (três) meses em decorrência de nomeação para o exercício de cargo comissionado ou função gratificada, licença à gestante, licença médica, capacitação e vacância, excetuada a previsão contida no inciso IV deste artigo, desde que justificada a necessidade da contratação temporária e a impossibilidade de realização de concurso público em tempo hábil;

IX – atividades de vigilância e inspeção, relacionadas à defesa agropecuária, no âmbito da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários – SEAF, bem como as entidades e ela vinculadas, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio de produtos de origem animal ou vegetal, ou de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana;

X – atividades técnicas especializadas de tecnologia da informação, de comunicação e de revisão de processos de trabalho, que não se caracterizem como atividades permanentes do respectivo órgão ou entidade;

XI – combate a emergências ambientais, na hipótese de declaração justificada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, da existência de emergência ambiental;

XII – prestação de serviços essenciais ou urgentes, caso as vagas ofertadas em concurso público não tenham sido completamente preenchidas;

XIII – atividades operacionais sazonais específicas que visem atender a projetos de pesquisa;

XIV – atividades de conciliação e mediação para atender as demandas temáticas temporárias previstas no artigo 14, § 2º da Lei Complementar nº 111, de 1º de julho de 2002;

XV – demandas temáticas temporárias das câmaras de mediação de outros órgãos e entidades que o Poder Executivo se obrigar a cooperar;

XVI – atividades técnicas especializadas necessárias à implantação de órgãos ou entidades ou decorrentes de novas atribuições definidas para organizações existentes ou de aumento transitório no volume de trabalho que não possam ser atendidas mediante a aplicação do art. 93 da Lei Complementar nº 04, de 15 de outubro de 1990;

XVII – prestação de serviços sazonais ou urgentes, abrangendo a área meio dos órgãos que compõem o sistema educacional, necessários à formulação, acompanhamento e fiscalização de projetos e obras tendentes ao aperfeiçoamento da Rede Pública Estadual de Educação;

XVIII - prestação de serviços sazonais ou urgentes, abrangendo a área meio da Educação Superior, necessários à formulação, acompanhamento e fiscalização de projetos e obras tendentes ao aperfeiçoamento da Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

§ 1º As contratações a que se refere o inciso VII serão feitas exclusivamente por projeto, vedado o

aproveitamento dos contratados em qualquer área da administração pública.

§ 2º Ato do Poder Executivo disporá, para efeitos desta lei complementar, sobre a declaração de emergência em saúde pública

Art. 3º A contratação de Professores visitantes pela Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT somente poderá ocorrer para atendimento de necessidades específicas de Programas de Pesquisa e Pós-Graduação, regulamentados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONEPE e homologados pelo Conselho Universitário – CONSUNI.

Art. 4º A contratação de professores substitutos pela Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT somente poderá ocorrer para suprir situações decorrentes de:

I – afastamento por cessão ou remoção de interesse institucional;

II – tratamento de saúde, licença à gestante, licença-prêmio, licença para tratar de interesse particular ou licença de interesse público não – remunerada, nomeação para cargo de gestão e atividade em Programa de Pós-Graduação.

III – qualificação profissional;

IV – vacância;

V – abertura de novas vagas em função de implantação de cursos novos.

Parágrafo único. Deve ser justificada a necessidade de contratação temporária e a impossibilidade de realização de concurso público em tempo hábil para a substituição.

Art. 5º A contratação de professores substitutos pela Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT poderá ocorrer quando comprovada a impossibilidade de redistribuição da carga horária do docente afastado entre os docentes em efetivo serviço.

Art. 6º A contratação de professores auxiliares pela Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia e Inovação – SECITEC poderá ocorrer para suprir situações decorrentes de:

I – afastamento do servidor no interesse do serviço;

II – tratamento de saúde, licença à gestante, aperfeiçoamento, licença para tratar de interesse particular ou licença de interesse público não – remunerado;

III – qualificação profissional;

IV – vacância, desde que justificada a necessidade de contratação temporária e a impossibilidade de realização de concurso público em tempo hábil;

V – garantia da continuidade de programas de ensino, pesquisa e extensão, de natureza regular ou temporária;

VI – atendimento de demandas decorrentes da expansão das instituições estaduais de educação profissional

e tecnológica, respeitados os limites e as condições fixadas por meio de decreto;

VII – atendimento de demandas pela oferta de curso de aperfeiçoamento e de educação profissional por meio de convênios de transferência de recursos mantidos com a União;

VIII – necessidade de profissional com formação ou experiência específica para ministrar cursos de Educação Profissional e Tecnológica, a fim de atender demanda transitória de competências específicas de cada qualificação ou habilitação profissional técnica;

IX – atividades didático-pedagógicas na Escola de Governo.

Art. 7º O recrutamento será feito mediante processos seletivos simplificados, sujeitos a ampla divulgação em jornal de grande circulação, observando-se os critérios definidos em regulamento, exceto nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do art. 2º desta lei complementar, quando se tratar de situação emergencial.

Art. 8º A contratação de pessoal por tempo determinado deverá ser iniciada pelo órgão ou entidade demandante, com a abertura de procedimento administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, e que conterà:

I – justificativa da necessidade da contratação;

II – indicação da quantidade de agentes que serão contratados e das funções que serão exercidas;

III – indicação da específica dotação orçamentária que suportará a contratação temporária;

IV – minuta do contrato que será celebrado para a respectiva contratação temporária;

V – manifestação técnica da assessoria jurídica do órgão/entidade;

VI – autorização do dirigente máximo do órgão/entidade.

Art. 9º Depois de realizado todo o procedimento do art. 8º, serão realizados o procedimento de seleção e as contratações, devendo ser publicado o extrato dos contratos no Diário Oficial do Estado.

Art. 10 Os contratos de pessoal por tempo determinado deverão obrigatoriamente conter:

I – a qualificação das partes;

II – a descrição do objeto e seus elementos característicos;

III – o valor da remuneração do contratado;

IV – a data de início da prestação de serviços;

V – o prazo mínimo e máximo de vigência;

VI – a específica dotação orçamentária pela qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VII – os direitos e as responsabilidades das partes;

VIII – as penalidades em caso de descumprimento;

IX – os casos de rescisão;

X – a cláusula que declare competente o foro da sede do órgão/entidade para dirimir qualquer questão contratual.

Art. 11 As contratações de pessoal por tempo determinado observarão o prazo máximo de:

I – 06 (seis) meses, nas hipóteses previstas nos incisos I, III, IX, XI e XIII do art. 2º desta lei complementar;

II – 12 (doze) meses, nas hipóteses previstas nos incisos II, IV, V, VI e VIII do art. 2º; nos incisos I, II e IV do art. 4 e no art. 6º desta lei complementar;

III – 24 (vinte e quatro) meses, nas hipóteses previstas nos incisos X, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do art. 2º e no art. 3º para professor visitante estrangeiro e pesquisador estrangeiro;

IV – 36 (trinta e seis) meses, nos casos dos incisos VII e XII do art. 2º desta lei complementar.

§ 1º Na hipótese de qualificação profissional, prevista no art. 4º, inciso III, desta lei complementar, o prazo máximo de duração da contratação temporária será igual ao prazo de afastamento do servidor substituído.

§ 2º Apenas os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III deste artigo admitem prorrogação, por igual período, desde que permaneçam as condições que ensejaram à contratação.

Art. 12 A remuneração do pessoal contratado nos termos desta lei complementar será:

I – nas situações previstas nos incisos I, II, III, IV, alínea “a”, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do art. 2º, em valor igual ao do subsídio inicial constante dos planos de carreira do órgão ou entidade contratante, para servidores que desempenhem função semelhante, ou, não existindo semelhança, a condições do mercado de trabalho;

II – no caso do art. 2º, inciso IV, alínea “b”, em importância igual a:

a) 100% (cem por cento) do subsídio das classes A e B da série de classes do cargo de professor, de acordo com sua habilitação, calculada por hora de trabalho, tendo por base o nível inicial;

b) 60% (sessenta por cento) do subsídio da classe A da série de classes do cargo de professor, calculada por hora de trabalho, tendo por base o nível inicial, na hipótese dos contratados não preencherem os requisitos exigidos para enquadramento nas classes A e B;

III - Nos casos dos arts. 3º, 4º e 6º, em importância igual ao subsídio previsto para o nível inicial da classe correspondente à sua titulação.

Art. 13 Autorizada e realizada a contratação temporária pelo órgão/entidade, e para fins de consolidação e controle pelo Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, deverá ser remetido à Secretaria de Estado de Gestão relatório contendo a descrição das cláusulas (termos) dos contratos realizados.

Art. 14 O contrato firmado de acordo com esta lei complementar extinguir-se-á sem direito à indenização, na hipótese:

I – de término pelo fim do prazo contratual;

II – de rescisão por iniciativa do contratado;

III – de rescisão por iniciativa da Administração Pública.

§ 1º No caso do inciso I deste artigo fica dispensada a comunicação prévia por quaisquer das partes contratantes.

§ 2º A extinção do contrato prevista no inciso II deste artigo, deverá ser comunicada pelo contratado ao contratante, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 3º No caso do inciso III deste artigo, a Administração deverá comunicar a rescisão ao contratado, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 15 É vedado o desvio de função de pessoa contratada na forma desta lei complementar, sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade administrativa e civil da autoridade contratante.

Art. 16 Aos contratados, segundo os termos desta lei complementar aplica-se a vedação de acumulação de cargos, conforme disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

Art. 17 O regime previdenciário aplicável ao pessoal contratado segundo os termos desta lei complementar será o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 18 Contratado segundo os termos desta lei complementar não poderá:

I – receber atribuições, funções ou encargos não previstos no contrato celebrado com o órgão/entidade;

II – ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

III - ser novamente contratado, com fundamento nesta lei complementar, antes de decorridos 12 (doze) meses do encerramento de seu contrato anterior, salvo nas hipóteses dos incisos I, III, IX, XI, XII, XIV do art. 2º desta lei complementar.

Art. 19 As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado segundo os termos desta lei complementar serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de 30 (trinta) dias, sendo assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Art. 20 Os professores substitutos e os professores visitantes contratados pela Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT terão os mesmos direitos e deveres dos integrantes da carreira dos Professores da Educação Superior.

Parágrafo único. Os contratados não terão direito à:

I – progressão na carreira por avaliação de desempenho;

II – remoção *intercampie* interdepartamentos;

III – afastamento para qualificação em instituições nacionais ou estrangeiras;

IV – afastamento para gozo de licença-prêmio;

V – licença para atividade política;

VI – afastamento para o exercício de função pública temporária;

VII – afastamento para o exercício de mandato sindical, nos termos da lei complementar.

Art. 21 Os professores visitantes contratados pela Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT deverão possuir, no mínimo, o título de Doutor.

Art. 22 A contratação de professores substitutos pela Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer – SEDUC deverá observar as habilitações inerentes ao cargo do profissional substituído, priorizando o candidato de maior nível de habilitação ou grau de escolaridade.

Art. 23 Ficam revogados os arts. 264, 265 e 266 da Lei Complementar nº 04, de 15 de outubro de 1990; o art. 47 da Lei Complementar nº 154, de 09 de janeiro de 2004 e os arts. 21, 22 e 23 da Lei Complementar nº 320, de 30 de junho de 2008.

Art. 24 Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos Senhores e Senhora Parlamentares:

No exercício da competência estabelecida no artigo 39, parágrafo único, inciso II, e artigo 25, inciso VIII e XI, ambos da Constituição do Estado de Mato Grosso; tenho a honra de me dirigir a Vossas Excelências para submeter à apreciação dessa Casa de Leis, o **substitutivo integral** ao projeto de Lei Complementar que **“Dispõe sobre a contratação por tempo determinado pelo Poder Executivo do Estado de Mato Grosso para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e do inciso VI do art. 129 da Constituição Estadual, e dá outras providências”**.

O substitutivo apresentado tem como propósito acolher alguns aprimoramentos recebidos durante a tramitação desta matéria, especificar as hipóteses de contratação temporária no dispositivo relativo ao prazo máximo da contratação e remuneração (artigos 11 e 12, respectivamente), promover alguns ajustes pontuais, bem como sanar distorções legislativas existentes com o escopo de unificar o tratamento da contratação temporária no âmbito do Estado de Mato Grosso, revogando dispositivos similares na Lei Complementar nº 154, de 09 de janeiro de 2004 (artigo 47) e na Lei Complementar nº 320, de 30 de junho de 2008 (artigos 21, 22 e 23), além de atender às solicitações da Secretaria de Estado da Educação e da Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

Assim, considerando a relevância da matéria a ser inserida no ordenamento jurídico do Estado de Mato Grosso, conto com o apoio dos senhores parlamentares para uma avaliação célere dessa proposição, solicitando que seja tramitada em regime de urgência, nos termos do art. 41 da Constituição Estadual.

Estas, portanto, são as razões que me conduzem a submeter o presente substitutivo integral ao Projeto de Lei Complementar nº 15/2017 (originário da Mensagem 56/2017) à apreciação deste Parlamento, contando com a colaboração de Vossas Excelências para a sua aprovação.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 24 de Novembro de 2017

Poder Executivo